

OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

THE IMPACTS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN HEALTHCARE FROM A HUMAN RIGHTS PERSPECTIVE: A LITERATURE REVIEW

Fatima Aparecida Affonso de ALMEIDA [1]

Júlia de Almeida MENEZES [2]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos da incorporação da inteligência artificial (IA) nos sistemas de saúde contemporâneos, avaliando suas implicações sob a ótica dos direitos humanos e da bioética social. No que se refere ao enquadramento teórico, a análise fundamenta-se nos conceitos de justiça distributiva e no princípio da não discriminação, utilizando marcos regulatórios da Organização Mundial da Saúde e da OCDE para discutir o fenômeno do "*AI Divide*" e o racismo médico algorítmico. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem de revisão integrativa e sistemática da literatura, com caráter qualitativo e descritivo. A coleta de dados foi realizada nas bases PubMed e Scopus, abrangendo o período entre 2020 e 2025, utilizando critérios rigorosos de inclusão e o protocolo de revisão sistemática simplificada, com dois revisores, para a seleção de amostra de artigos científicos de alto impacto. Quanto aos resultados, os dados obtidos demonstram que a IA promove avanços substanciais na prática clínica, elevando a acurácia diagnóstica para patamares entre 87% e 94% e reduzindo erros assistenciais em até 40% através de sistemas de suporte à decisão. Contudo, a análise revela que existem riscos severos relacionados à opacidade dos sistemas de *deep learning* ("caixa-preta"), o que compromete a transparência e a validade do consentimento informado. Evidenciou-se que algoritmos podem perpetuar vieses históricos, resultando em menor precisão diagnóstica em peles retintas e na subestimação de riscos clínicos em populações negras devido a correlações errôneas entre gastos em saúde e necessidade real de cuidado. Assim, o estudo contribui para a consolidação de uma base teórica que defende a auditoria algorítmica e a regulação ética como salvaguardas indispensáveis da dignidade humana. Conclui-se que a tecnologia deve ser implementada como um meio para fortalecer a equidade, assegurando que o progresso tecnológico não substitua o pilar humanístico da medicina.

Palavras-chave: inteligência artificial; direitos humanos; saúde digital; equidade; ética médica.

ABSTRACT

This study aims to critically analyze the impacts of the incorporation of artificial intelligence (AI) into contemporary healthcare systems, assessing its implications from the perspective of human rights and social bioethics. From a theoretical standpoint, the analysis is grounded in the concepts of distributive justice and the principle of non-discrimination, drawing on regulatory frameworks established by the World Health Organization and the OECD to discuss the phenomenon of the “AI Divide” and algorithmic medical racism. Methodologically, the research adopts an integrative and systematic literature review approach, with a qualitative and descriptive design. Data collection was conducted using the PubMed and Scopus databases, covering the period from 2020 to 2025, applying rigorous inclusion criteria and a simplified systematic review protocol, with two independent reviewers, for the selection of a sample of high-impact scientific articles. Regarding the findings, the data demonstrate that AI promotes substantial advances in clinical practice, increasing diagnostic accuracy to levels between 87% and 94% and reducing medical errors by up to 40% through decision-support systems. However, the analysis reveals the existence of significant risks associated with the opacity of deep learning systems (“black box”), which undermines transparency and the validity of informed consent. It was also found that algorithms may perpetuate historical biases, resulting in lower diagnostic accuracy for darker skin tones and the underestimation of clinical risks in Black populations due to erroneous correlations between healthcare expenditures and actual care needs. Thus, the study contributes to the consolidation of a theoretical framework that advocates for algorithmic auditing and ethical regulation as indispensable safeguards of human dignity. It is concluded that technology must be implemented as a means to strengthen equity, ensuring that technological progress does not replace the humanistic foundation of medicine.

Keywords: artificial intelligence; human rights; digital health; equity; medical ethics.